

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre a divulgação dos reajustes dos valores das anuidades dos cartões de crédito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** As empresas emissoras de cartão de crédito devem informar o valor da anuidade cobrada pela disponibilização do cartão diretamente na fatura mensal enviada ao consumidor, assim como a data de validade do valor da anuidade vigente.

*Parágrafo único.* Os reajustes dos valores das anuidades de cartões de crédito devem ser precedidos pela informação disponibilizada ao consumidor na fatura mensal em até quarenta e cinco dias antes da entrada em vigor do reajuste.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Temos constatado a reiteração de reclamações de consumidores em relação a mudanças nos valores cobrados pelas administradoras de cartões de crédito. Apesar de a regulamentação do Conselho Monetário Nacional já prever um prazo de 45 dias de antecedência para a divulgação da majoração e cobrança de nova tarifa para os serviços relacionados a cartão de crédito, via de regra os consumidores são surpreendidos com a alteração e cobrança de novos valores. Muitas vezes, tais valores são muito mais elevados do que se pagava, o que pode até prejudicar o equilíbrio orçamentário das famílias de menor poder aquisitivo.



A presente proposição tem a finalidade de conferir maior transparência à cobrança e ao reajuste das tarifas a título de anuidade do cartão de crédito, em consonância com os princípios da transparência das relações de consumo e do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, positivados no art. 4º, *caput* e inciso I, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Entendemos que a disponibilização, diretamente na fatura de mensal, da informação sobre o valor da tarifa de anuidade do cartão e suas alterações permitirá o melhor controle das despesas mensais dos consumidores, evitando que sejam surpreendidos com a cobrança de valores elevados.

No caso de reajuste da anuidade, estipulamos que devem ser precedidas pela informação, na fatura mensal, no mínimo quarenta e cinco dias anteriores à entrada em vigor da alteração, mesmo prazo que já é observado pelo mercado como regra para a majoração do valor de tarifa ou estabelecimento de nova tarifa aplicável a pessoas naturais no uso de cartões.

Essa iniciativa complementarás as informações já discriminadas na fatura de cartão de crédito quanto aos juros e encargos cobrados diante de eventual não pagamento da fatura, de maneira a garantir direito à informação, que é um dos direitos básicos do consumidor (CDC, art. 6º, inciso III).

Contamos com o apoio dos nobres Pares para o acolhimento desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador PAULO BAUER